



Para onde vão os “santistas”?

Como reagem os candidatos que haviam escolhido um candidato a presidente da República pelo mesmo critério que os leva a tornar-se fãs de um animador de auditório de TV, e que vêem essa candidatura barrada por um tribunal?

Não é temerário dizer que o candidato foi escolhido pela paixão, e não pela lógica, pela razão. Obviamente, não foram dotes políticos, administrativos ou intelectuais do candidato que levaram à escolha.

Se esse raciocínio é válido, talvez se possa afirmar que a reação à impugnação da candidatura ocorra no mesmo registro da paixão. Pelo menos na parcela mais ponderável desse eleitorado. E nesse caso haveria duas possibilidades: 1) o candidato impugnado tentar transferir seus votos para outro pretendente — o que dependeria, porém, da possibilidade de comunicar a tempo sua intenção, que parece pouco provável, dadas as dificuldades impostas pela legislação eleitoral; 2) o candidato encerra sua participação no horário eleitoral sem manifestar nenhuma intenção de voto.

Nesta última hipótese, a mais provável, a julgar pelo noticiário de ontem, é razoável supor que uma boa parte do eleitorado “santista” tenderá a votar em branco, a anular o voto, a escrever o nome de Sílvio Santos na cédula, ou mesmo botar um x no 26, para expressar sua inconformidade com a cassação. Uma boa parte poderá refluir para suas opções anteriores, se elas não estiverem associadas com o veto a Sílvio. Uma terceira parcela poderá expressar-se através de um voto de protesto que seja o mais radical, na sua opinião — e aí as opções vão de Lula a Enéas, passando por Marronzinho.

A lógica leva a dizer que, com a saída de Sílvio Santos, retorne-se ao **status quo ante**, hipótese que favoreceria Collor, Brizola e Lula. Isto é, embolou tudo de novo. Mas agora as decisões serão muito mais rápidas.

COMO EM 1984

Não deixa de ser curioso de registrar que nesta sucessão,

como na anterior, de 1985, uma decisão fundamental para o encaminhamento do processo sucessório — talvez mesmo a essencial tenha sido tomada no Tribunal Superior Eleitoral.

Em 1984, respondendo a uma consulta, o TSE afirmou que não era obrigatória, na eleição presidencial pelo congresso, a fidelidade partidária. E isso permitiu que uma parte do PDS, que inclui Sarney e Aureliano, se bandeasse para a candidatura de Tancredo, decidindo a parada e dando origem ao PFL. Só que desta vez um movimento com o mesmo propósito terá um de seus efeitos na direção contrária: o esfacelamento do PFL.

No dia em que se entender mais ampla e profundamente o que esteve em jogo nesse episódio e que não chegou à frente do palco — ficou bem no fundo dos bastidores — provavelmente se saberá melhor qual é o conjunto decisivo de forças na política brasileira e em suas relações com o mundo.

OS SUBSÍDIOS

No horário eleitoral de quarta-feira à noite, depois de enveredar também pela radicalização ideológica, o senador Afonso Camargo, imitando Afif Domingos, abordou a questão da carga fiscal no Brasil, que é, segundo disse, a maior da América Latina e deve ser reduzida.

É pena que o candidato do PTB, como todos os demais, tenha tratado tão superficial e enganosamente dessa questão importantíssima, decisiva mesmo. Porque ao contrário do que diz o senador paranaense, nossa carga fiscal é das menores do mundo.

Pelos últimos estudos oficiais, a carga tributária total do Brasil está entre 22 e 23 por cento do Produto Interno Bruto. Só que, como já disseram em discursos o Presidente da República e o seu atual ministro da Fazenda, a carga líquida não passa de 8,8 por cento. O restante está sendo devolvido ou desviado sob a forma de incentivos fiscais, subsídios, perdões, juros favorecidos e por aí: 13 ou 14 por cento do PIB, que corresponderiam a uns 50 bilhões de

dólares por ano (o FMI e o Banco Mundial falam em 60 bilhões de dólares por ano). Enquanto isso, entre as social-democracias européias, há algumas em que a carga está em torno do 50 por cento do PIB.

O candidato que houvesse esmiuçado para valer essa questão, mostrado para onde vão os subsídios e incentivos, quem se beneficia com eles e o que seria possível fazer no Brasil com esse dinheiro (em habitação, transporte, educação, saúde etc), poderia ter mudado o rumo da sucessão.

Mas está em moda falar mal do Estado...

A FORÇA DA TV

Também na quarta-feira à noite o programa do PSDB mostrou o que pode ser a força da TV utilizada com competência e sensibilidade, no quadro em que apareceu o jovem eleitor, no comício de Mário Covas em São José do Rio Preto, SP, com o adesivo do candidato numa das mãos, o título de eleitor, na outra, dizendo para câmara, com gestos claros, que o candidato estava no seu coração e nele vai votar.

O CASO LUBECA

Das sequelas do caso Lubeca, pelo menos, o PT parece haver se livrado. A aparição do vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalg, usando no programa de Ronaldo Caiado o direito de resposta, afastou de vez a suspeita de suborno e utilização de recursos espúrios na campanha de Lula.

Resta agora o caso da favela.

LEMBRETES

O candidato Celso Brant ficou de repente tão bombástico que perdeu até o sincronismo entre som e imagem nas suas falas. A movimentação labial está atrasada em relação ao áudio.

Aureliano parece tão desanimado que encerrou sua campanha dois dias antes do prazo. E em sua terra natal, Três Pontas, MG.

Talvez por isso, o PMDB arranjou um locutor que fala tanto o quanto o do candidato do PFL.